



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/05/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. TURMAS RECURSAIS.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARAS CRIMINAIS.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 7
3.3. DESEMBARGADORES.....	8
3.4. JUÍZES.....	9
3.5. SERVIDORES.....	10
3.6. VARA DA MULHER.....	11
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	12
4.2. JUÍZES.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	14
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	15 - 16
6.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	17
6.3. DECISÕES.....	18
6.4. JUÍZES.....	19 - 20
6.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 26
6.6. SEGURANÇA.....	27
6.7. SERVIDORES.....	28
6.8. TURMAS RECURSAIS.....	29
6.9. VARA DA MULHER.....	30
6.10. VARAS CRIMINAIS.....	31

JUÍZES SÃO EMPOSSADOS

As comarcas de São Vicente Férrer e Carutapera (ambas de entrância inicial), Caxias (entrância intermediária) e a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís têm novos juizes. Removidos por merecimento, os magistrados Karlos Alberto Ribeiro Mota, Alexandre Antonio José de Mesquita, João Pereira Neto e Cícero Dias de Sousa Filho foram empossados nas respectivas unidades judiciais pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Sucesso a todos no desempenho de suas atividades jurisdicionais nas novas comarcas", disse Guerreiro Júnior, ao dar posse aos magistrados.

Judiciário instala Turma Recursal em Bacabal



Guerreiro Júnior e Cleones Cunha inauguram 1ª Turma Recursal no interior do Estado

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalaram nesta quinta-feira (23), a Turma Recursal Cível e Criminal da comarca de Bacabal (a 250 km de São Luís) - a primeira a ser instalada pelo Judiciário no interior do Estado. A solenidade ocorrida no Fórum Freitas de Carvalho foi prestigiada por juizes da comarca e autoridades.

A Turma Recursal funcionará no Fórum (Rua Manoel Alves de Abreu, s/n). Será presidida pelo juiz da 2ª Vara de Bacabal, Carlos Roberto de Paula, e terá como membros titulares os juizes Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial de Bacabal) e Luís Carlos Licar (Juizado de Pedreiras).

O presidente Guerreiro Júnior lembrou da importância da parceria entre Tribunal e Corregedoria na elaboração e execução das ações do Judiciário, a exemplo da instalação das turmas recursais que contemplarão as comarcas com maior concentração de pessoas, e citou

Bacabal - onde há grande acúmulo de processos nos juizados.

"Estamos priorizando a Justiça de 1º Grau, principalmente os juizados. Há muitos anos não se fazia tantas instalações de varas como as oito unidades entregues em maio, em São Luís. Serão mais oito até o final do ano", adiantou.

Guerreiro Júnior apresentou o projeto de construção do novo Fórum de Bacabal, que terá cinco andares e comportará até 12 varas. De acordo com o diretor de Engenharia Ruy Barbosa Sobrinho, o processo de licitação está em andamento, e a previsão é que a estrutura metálica e de vidro tenha início ainda em 2013.

O corregedor Cleones Cunha, ao falar como presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, observou a participação efetiva do presidente Guerreiro Júnior na instalação das turmas recursais no interior do Maranhão. "A instalação da primeira Turma Recursal em Bacabal foi a única forma de agradecer ao presidente, pois sem a sua participação isso não estaria acontecendo".

BACABAL

Suspeito de abusar de menor é apresentado



Raimundo Pereira da Silva foi preso no estado do Pará

A Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) apresentou, na tarde de quarta-feira (22), um homem suspei-

to de abusar de uma jovem com problemas mentais, na cidade de Bacabal. Na época do crime, a vítima tinha 17 anos.

Raimundo Pereira da Silva, cabeleireiro, 50 anos, natural da cidade de Pio XII, foi detido em cumprimento a mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula, titular da 2ª Vara Criminal de Bacabal. A ação policial foi coordenada pela SPCI.

Ele foi detido na última terça-feira (22) por equipes da SPCI, que se deslocaram à cidade de Parauapebas, no Pará. Raimundo Pereira estava no interior do seu salão de beleza, localizado à Rua Majé, Quadra 15, Lote 18 522, no bairro Popular, Parauapebas (PA). Segundo a polícia, ele estava sendo monitorado desde a semana passada, após a SPCI receber informações de que o foragido estava residindo na cidade paraense.

O delegado José Nilton Souza, adjunto da SPCI, informou que o crime ocorreu em 2005 e Raimundo Pereira era casado com uma tia da vítima. "Após os trabalhos de investigação, ele foi chamado a comparecer perante o juiz e foi informado da sua prisão referente ao delito. Na época, ele recorreu da prisão e aproveitou a situação e fugiu de Bacabal", detalhou o delegado.

De acordo com informações policiais, no período em que esteve foragido, ele teria passado por cidades do interior do Maranhão, entre elas Imperatriz, e também em municípios de São Paulo. Ultimamente, estava morando em Parauapebas, no Pará. Após os procedimentos policiais, ele foi encaminhado para o Centro de Triagem em Pedrinhas.

Tribunal de Justiça instala hoje mais um centro para acordos judiciais em São Luís

Novo órgão funcionará na Faculdade do Maranhão (Facam), no bairro Bequimão, facilitando o acesso do cidadão à Justiça; atualmente existem 10 unidades no MA

O Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) instala hoje, às 17h, em São Luís, mais um Centro de Solução de Conflitos, para resolver, por meio de acordo, demandas judiciais envolvendo consumidores e empresas. O órgão funcionará na Faculdade do Maranhão (Facam), no bairro Bequimão.

“Com os centros, queremos desburocratizar o Judiciário, facilitando o acesso do cidadão à Justiça”, diz o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida.

Ele afirma que um número significativo de demandas judiciais estão sendo solucionadas com a implantação de centros no Estado. “Além de ampliar o acesso da população à Justiça, a instalação de um centro na Facam proporcionará aos estudantes de Direito a oportunidade de vivenciarem a prática forense, na perspectiva da conciliação”, ressalta.

Capacitação - Após a inauguração, terá início a capacitação dos professores e acadêmicos que irão atuar como conciliadores, com a palestra *Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos*, que será ministrada pelo coordenador do Núcleo de



Divulgação

Desembargador José Luiz Almeida destaca importância dos centros

Conciliação, juiz Alexandre Abreu. O treinamento se estenderá até o dia 7 de junho.

“Os centros são oportunidades inovadoras que integram

não só uma política nacional de gestão incentivada pelo CNJ, como também, uma necessidade da economia moderna. Nelas, o cidadão encontra um es-

Como funciona

O método de trabalho dos centros é simples. Se um cidadão tem problema de ordem cível, tanto em fase pré-processual (sem ação judicial) como processual (com ação judicial), e procura uma unidade para tentar conciliar, o centro convida a outra parte. No local, ambos são orientados e decidem se querem dar início à conciliação. Em caso de acordo, este será homologado pelo juiz supervisor. O ato tem força judicial.

As audiências são agendadas pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800 707 1581, ou pelo portal (www.tjma.jus.br) no banner da Conciliação.

paço célere e eficaz para solucionar suas demandas”, destaca Alexandre Abreu.

O centro da Facam será o nono a ser instalado na gestão do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Ao todo, são 10 unidades no Estado – São Luís (5), Imperatriz (2), Bacabal (2), Balsas (1). O primeiro foi criado no dia 7 de outubro de 2011, na gestão do ex-presidente da Corte (biênio 2010/2011), desembargador Jamil Gedeon.



CASO DÉCIO SÁ

Escutas revelam ligação de agiota com policiais civis

Áudios autorizados pela Justiça mostram diálogos entre Gláucio Alencar e os dois policiais da Seic denunciados pela morte do jornalista Décio Sá 48 horas antes da prisão da quadrilha na Operação Detonando. **Polícia 6**

Escuta telefônica mostra ligação de Gláucio com policiais da Seic

Áudios de interceptações, divulgados ontem no blog do jornalista Gilberto Léda, revelam diálogo antes da prisão dos envolvidos na morte de Décio Sá entre o agiota e os policiais afastados e indiciados no inquérito que investiga o crime



O jornalista Gilberto Léda divulgou, ontem, em seu blog (gilbertoleda.com.br) com exclusividade, alguns áudios de interceptações telefônicas que mostram diálogos entre o agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho – acusado de ser o mandante da morte do jornalista Décio Sá -, e os dois policiais civis afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), também denunciados de participação no crime. As “escutas”, autorizadas pela Justiça, foram feitas nos dias 11 e 12 de junho de 2012, às vésperas da prisão da quadrilha, durante a “Operação Detonando”.

Segundo a Polícia Civil do Maranhão e o próprio Ministério Público Estadual (MP), os diálogos mostram como os denunciados se comportaram nas 48 horas antes de serem presos. Na primeira delas, Gláucio Carvalho combina com o investigador Alcides Nunes um encontro no São Luís Shopping, no bairro Jaracati. Ao celular, o agiota acusado de encomendar e financiar a morte de Décio Sá se diz “agoniado”. “Eu tava agoniado aqui. Vamos fazer o

seguinte: eu ainda tô agoniado, vamos marcar amanhã, meio-dia, pra gente almoçar lá [...]”, relata o acusado, às 15h21.

Mais tarde, às 18h, o policial civil liga para seu colega de trabalho, o também investigador denunciado de participação no crime, Joel Durans. Na conversa ao celular, os dois policiais falam sobre uma viagem que teriam que fazer a trabalho, naquela semana. “Àquela altura, uma segunda-feira, faltavam menos de 48 horas para as prisões dos acusados”, lembra o jornalista em sua publicação, na qual chama a atenção para outro detalhe da conversa entre os investigadores, mais precisamente sobre “resolver aquele negócio daquele ‘caboclo’, antes da viagem”.

Já no terceiro áudio publicado por Gilberto Léda, outra conversa entre Alcides e Durans é feita no dia 12, às 6h44, exatas 24 horas antes da prisão do bando. Antes de discorrer sobre o teor da “escuta”, o jornalista lembra que, na noite anterior, havia sido assassinado com cinco tiros de revólver calibre 38, no Residencial Talita, município de Raposa, Valdênio da Silva, de 38 anos, preso horas após a morte de Décio Sá, como suspeito de

participação no crime, porém foi posto em liberdade por não ter envolvimento confirmado com a rede de agiotagem.

No diálogo, Alcides Nunes comenta o homicídio, e chega a confessar ao colega que “está com medo”; e ambos falam sobre a atuação da cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que naquela época já havia montado uma comissão de delegados para investigar a morte do repórter da editoria de Política de **O Estado** há quase dois meses. “Mataram aquele ‘caboclo’ lá da Pirâmide, né, envolvido na morte do Décio Sá”, diz Alcides ao colega da Seic, do outro lado da linha. Em resposta, Durans diz que já havia tomado conhecimento da notícia do crime.

“Mataram ele de noite, ontem. Um cara me ligou, que mataram ele umas nove horas da noite. Rapaz, olha como é que o negócio tá”. Alcides retoma. “Rapaz, não tão mais respeitando. Já tô com medo, já. Eu acho que ele não tinha nada a ver, mas andou falando acho que besteira. Ele falou uma ‘ruma’ de coisa pra mim”. Durans, por sua vez, completa o diálogo. “Não tinha nada a ver com a morte do cara [de Décio]”, mostram as interceptações telefônicas

autorizadas pela Justiça, e que estão no bojo do processo que apura a morte do jornalista que denunciou a quadrilha.

Fotos/Divulgação



Gláucio Alencar, Alcides Nunes e Joel Durans mantiveram diálogo antes da prisão dos envolvidos

Mais

Alcides Nunes e Joel Durans, nas poucas oportunidades em que já conversaram com a imprensa, afirmaram total inocência quanto suas supostas participações na morte de Décio Sá. Oficialmente, os investigadores da Seic afirmam que "só se aproximaram da quadrilha de agiotas para ajudar a Polícia Civil nas investigações". A Secretaria de Segurança Pública (SSP), porém, não se convenceu e justamente por isso os deslocou para uma viagem a trabalho, arranjada como estratégia para tirá-los da cidade, antes de a "Operação Detonando" ser realizada no início da manhã do dia 13 de junho de 2012; e assim evitar o "vazamento" da ação policial.

Presidente da OAB nacional fala em São Luís sobre valorização da classe

Marcos Vinicius Coelho defendeu prerrogativas de advogados em evento da seccional do MA

Mario Carvalho
Da editoria de Política

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, esteve ontem em São Luís participando do seminário "Prerrogativas Para Quem Precisa", promovido pela seccional maranhense da entidade. Na oportunidade, foi feito o lançamento da campanha nacional pela dignidade dos honorários dos advogados. O evento aconteceu na sede da OAB e continua no dia de hoje. O evento tem o apoio da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Associação do Ministério Público (Ampem) e Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra).

Segundo o conselheiro Marcus Furtado, o principal eixo do debate é a fixação de honorários (remuneração trabalhista) irrisórios nas diversas causas em todo o país. "Nós temos juízes que fixam honorários de advogados em R\$ 500,00, R\$ 200,00 e até R\$ 100,00, em causas que demoram até 15 anos. Isso é um total



Marcus Vinicius dá palestra em SL

desrespeito à profissão de advogado", disse.

Quinto - Na discussão sobre a vaga aberta de desembargador no Tribunal de Justiça, o presidente da seccional maranhense da OAB, Mário Macieira, disse que a entidade julgou os recursos, pois haviam três candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas. "Dos três, apenas um ganhou recurso. Os outros dois, os advogados Samir Murad e Walney Oliveira, perderam. Ambos recorreram dessa decisão ao Conselho Federal", afirmou.

Após análise dos recursos, a lista será apresentada ao TJ.

Justiça é cega

A falta de juízes estaduais na Comarca de Caxias, pelo menos em número suficientes para atender a grande demanda de processos e afins, já é alvo de reclamações há algum tempo. Até então as reclamações eram pontuais, um ou outro advogado que via o processo de seu cliente emperrar abria a boca para reclamar quanto à carência de magistrados.

Como parecem ter cansado de apenas bradar, os advogados caxienses agora decidiram que era hora de partir para a ação, antes tarde do que nunca, e encabeçar um movimento que segue em breve para São Luís onde cobrarão diretamente do pre-

sidente do Tribunal de Justiça mais juízes para a comarca caxiense.

A carência dos profissionais e a consequente demora em uma solução para o impasse refletem

A carência dos profissionais e a consequente demora em uma solução para o impasse refletem bem a morosidade da Justiça brasileira

bem a morosidade da Justiça brasileira, onde até para se nomear profissionais que ajudem a desemperrar a letargia judicial se transforma em algo demorado e cheio de meandros.

Assim como a Justiça que deve ser cega, não no sentido literal da palavra, o Tribunal de Justiça do Maranhão parece não ter percebido que Caxias cresceu.

O número de juízes que atuam por aqui são insuficientes para atender a demanda populacional e também de outras cidades, para onde sequer os olhos judiciais já se voltaram.

Movimento

O movimento dos que se sentem prejudicados com o número insuficiente de juízes tem evoluído em Caxias e conta com o apoio da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) caxiense e é encabeçado pelo advogado Erinaldo Pereira.

Deputado explica emenda a projeto do TJ

O deputado Manoel Ribeiro (PTB) prestou esclarecimentos, ontem, a respeito de uma emenda de sua autoria que suprime artigo do projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Tribunal de Justiça do Estado que tira vantagens dos aposentados.

"Eu não inovei nada. Eles querem ir contra a Carta Magna do país e do Estado. Eu não estou mudando a pensão, não estou dando auxílio-moradia a quem quer que seja. Eu estou tirando este artigo 3º, que não condiz com a realidade, com a legalidade brasileira", enfatizou Manoel Ribeiro.

Ele destacou o artigo 22, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, e o artigo 40, parágrafo 4º, da Constituição Federal, que dispõem que "os proventos da aposentadoria serão revistos da mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidas a inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades (...)".

Diante disso, Manoel Ribeiro enfatizou que o Tribunal de Justiça, ao inserir o artigo 3º, está ferindo a Constituição do Estado e a Constituição Federal Brasileira e que seria desonestidade da sua parte, sabendo disso, não fazer essa emenda.

Sem objeto

A CPI da Violência Contra a Mulher cumpriu ontem em, Imperatriz uma agenda que, a rigor, não tem muito a ver com o seu objeto de investigação.

Visitou a Delegacia da Mulher, a Vara da Mulher, a Casa de Passagem e encerrou a manhã de visitas no Instituto Médico Legal.

Fez exatamente o que os deputados que defendem sua extinção disseram que a Comissão faria.

Só elas

Nenhum dos integrantes masculinos da CPI da Violência Contra a Mulher participou da incursão por Imperatriz.

O grupo que desembarcou na Região Tocantina foi formado pelas deputadas Francisca Primo (PT), que a preside, Cleide Coutinho (PSB), Gardêzinha Castelo (PSDB) e Eliziane Gama (MD).

Parece até espírito de corpo.

RECONHECIMENTO

Decisões do TJ são favoráveis aos servidores, avalia deputado

O deputado estadual Rubens Jr. reconheceu a importância da decisão do desembargador Guerreiro Junior que estabeleceu prazo de 15 dias para que o governo apresente ao TJMA o plano detalhado para o pagamento de precatórios judiciais.

"Encaminhamos pedido de informação ao TJ e cobramos na tribuna que o governo pagasse em caráter de urgência todos os precatórios. A decisão do desembargador é fundamental para assegurar que a lei seja cumprida", disse Rubens.

Outra decisão elogiada pelo

parlamentar foi o consenso das câmaras do TJ a respeito do reajuste de 21,7% a todos os servidores. Com a aprovação, caberá aos chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário conceder, administrativamente ou não, o direito dos servidores de nível médio e fundamental.

"Não havendo mais divergência, é pacífico o entendimento do TJ de que todos os servidores que ainda não tiveram seus salários reajustados o tenham. A decisão representa uma vitória para todos os servidores do estado", concluiu Rubens Jr.

MARANHÃO

Tribunal de Justiça empossa novos juízes

As comarcas de São Vicente Férrer e Carutapera (ambas de entrância inicial), Caxias (entrância intermediária) e a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís têm novos juízes. Removidos por merecimento, os magistrados Karlos Alberto Ribeiro Mota, Alexandre Antonio José de Mesquita, João Pereira Neto e Cícero Dias de Sousa Filho foram empossados nas respectivas unidades judiciais pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

"Sucesso a todos no desempenho de suas atividades jurisdicionais nas novas comarcas", disse Guerreiro Júnior, ao dar posse aos magistrados.

SÃO VICENTE DE FÉRRER - Karlos Alberto Ribeiro Mota ingressou na magistratura, em 2011, como juiz substituto em Buriticupu e Arame. Passou pelas

comarcas de Governador Eugênio Barros, Itapecuru-Mirim, Tuntun e Presidente Dutra, sendo titularizado, em junho de 2012, na comarca de Arame, onde permaneceu até ser removido. Naquela jurisdição tramitam cerca de dois mil processos.

"Constatarei em São Vicente Férrer que os magistrados que por lá passaram deixaram a comarca saneada. Pretendo continuar a mesma proposta de um bom trabalho", disse Mota.

CARUTAPERA - Alexandre de Mesquita iniciou a carreira de juiz em julho de 2010 como substituto na comarca de Imperatriz, atuando depois em Pinheiro, Paço do Lumiar, Raposa, Bacuri, Zé Doca e Itinga (cerca de mil processos tramitando), onde foi titularizado, em julho de 2012. O magistrado deixa a comarca com operosidade positiva. "Em Carutapera, quero dar continui-

dade ao trabalho desenvolvido pelo juiz Paulo Vital Montenegro, que a deixou saneada", disse.

CAXIAS - O juiz João Pereira Neto está na magistratura desde 2001. Foi titularizado na comarca de Santa Luzia do Paruá, passando por Buriti, Grajaú e Barra do Corda (cerca de três mil processos tramitando), onde permaneceu até a sua remoção para o Juizado Cível e Criminal de Caxias. Para o magistrado, a remoção significa mais responsabilidade, tendo em vista que Caxias é uma das comarcas mais antigas do Estado.

SÃO LUÍS - Removido do 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo para a 4ª Vara da Fazenda Pública (mais de 8 mil processos tramitando), Cícero Dias de Sousa Filho começou a exercer o cargo de juiz em dezembro de 1990, desenvolvendo atividades judicantes em São

Luís Gonzaga. Trabalhou em São José de Ribamar, Imperatriz, Grajaú, Chapadinha e São Luís (entrância final).

"A nova unidade que assumo tem maior número de processos, mas por ser especializada acaba contribuindo para um melhor desenvolvimento do trabalho", afirma.

SOLENIIDADE - Participaram da solenidade de posse o vice-presidente da Seccional da OAB, Valdênio Caminha; os juízes José Nilo Ribeiro Filho e Francisca Galiza (auxiliares da Presidência do TJMA) e Clésio Coelho Cunha; a procuradora de Justiça Maria Costa Teixeira; os familiares do juiz João Pereira Neto - advogado Paulo Cruz Pereira (irmão), Alcino Pereira (pai); deputado estadual Rubens Júnior (sobrinho) -, e a esposa do juiz Cícero Sousa Filho, advogada Aracy Lobo Pereira de Sousa.

Vaga no TJ (1)

O meio jurídico togado está atento ao futuro desembargador do Tribunal de Justiça, que vai ocupar a vaga de Raimundo Nonato Souza, que se aposenta no próximo dia 26 ao completar 70 anos. A disputa começa na próxima semana entre os juizes João Santa, Ângela Salazar (que já entraram duas vezes na disputa), Tyrone Silva, José Belchior e José Jorge Figueiredo.

Vaga no TJ (2)

Se um dos dois primeiros entrarem na lista tríplice, já serão desembargador; caso os "eleitores" togados prefiram Tyrone ou qualquer outro, o cargo mais cobiçado do Judiciário maranhense estará conquistado. A vaga será preenchida pelo critério de merecimento e nem os desembargadores mais atentos ao que se passa nos bastidores da Corte arriscam dar palpite.

Inauguração

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA) instala nesta sexta-feira (24), às 17h, em São Luís, mais um Centro de Solução de Conflitos, para resolver, por meio de acordo, demandas judiciais envolvendo consumidores e empresas. O órgão funcionará na FACAM - Faculdade do Maranhão (Bairro Bequimão). Após a inauguração, terá início a capacitação dos professores e acadêmicos que irão atuar como conciliadores, com a palestra “Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos”, que será ministrada pelo coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu. O treinamento se estenderá até o dia 7 de junho.

TJ-MA instala mais um centro para acordos judiciais

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA) instala hoje (24), às 17h, em São Luís, mais um Centro de Solução de Conflitos, para resolver, por meio de acordo, demandas judiciais envolvendo consumidores e empresas. O órgão funcionará na Faculdade do Maranhão (Facam), no Bairro Bequimão.

“Com os centros, queremos desburocratizar o Judiciário, facilitando o acesso do cidadão à Justiça”, diz o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida.

Ele afirmou que um número significativo de demandas judiciais estão sendo solucionadas com a implantação de centros no estado. “Além de ampliar o acesso da população à Justiça, a instalação de um centro na Facam proporcionará aos estudantes de Direito a oportunidade de vivenciarem a prática forense, na perspectiva da conciliação”, ressaltou.

As audiências são agendadas pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800-707-1581, ou pelo portal (www.tjma.jus.br) no banner da Conciliação.

CGJ-MA recebe 100 agendamentos de inscrições para casamento em 5 horas

Em, aproximadamente, cinco horas, foram feitos 100 agendamentos das inscrições para casamento comunitário na manhã de ontem (23). Diante da alta demanda, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão abriu mais 100 vagas, cujas inscrições também deverão ser agendadas pelos telefones (98) 3221-8551 e 3221-8685.

As inscrições, previamente agendadas, para o casamento comunitário em São Luís serão feitas do dia 3 ao dia 7 de junho, na sede da CGJ-MA. Foram disponibilizadas 100 inscrições, sendo 20 atendimentos por dia, das 14h às 17h. Com a disponibilização de mais 100 inscrições, os casais que ligarem terão seu atendimento marcado entre 8h e

11h do dia 3 ao dia 7 de junho.

“A procura foi altíssima! O telefone não parou, tanto que os 100 agendamentos disponibilizados se esgotaram em poucas horas. Para tentar atender parte dos demais interessados, abrimos mais 100 vagas”, declarou a diretora-geral da CGJ-MA, Socorro Sousa.

Os casais agendados para a inscrição no casamento comunitário serão atendidos por horário, como definido pelo contato telefônico. “Pensamos nessa estratégia para evitar filas e perda de tempo para os casais. Com agendamento por horário, serão todos bem atendidos e com rapidez”, a diretora-geral da CGJ-MA.

A cerimônia do casamento

comunitário terá data e local divulgados posteriormente. Já são 276 casais inscritos – durante o Ação Global. A previsão da Corregedoria da Justiça é que a cerimônia tenha cerca de 500 casais.

Para inscrição no casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia da Carteira de Identidade e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (original), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia da Carteira de Identidade e comprovante de residência.

■ Precatórios (I)

O deputado Rubens Jr. reconheceu a importância da decisão do desembargador Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça, que estabeleceu prazo de 15 dias para que o governo apresente ao TJ-MA o plano detalhado para o pagamento de precatórios judiciais.

“Encaminhamos pedido de informação ao TJ e cobramos na tribuna que o governo pagasse em caráter de urgência todos os precatórios”.

“A decisão do desembargador é fundamental para assegurar que a lei seja cumprida”, disse Rubens.

■ Precatórios (II)

Outra decisão elogiada pelo parlamentar foi o consenso das câmaras do TJ a respeito do reajuste de 21,7% a todos os servidores.

Com a aprovação, caberá aos chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário conceder, administrativamente ou não, o direito dos servidores de nível médio e fundamental.

“Não havendo mais divergência, é pacífico o entendimento do TJ de que todos os servidores que ainda não tiveram seus salários reajustados o tenham. A decisão representa uma vitória para todos os servidores do estado”, concluiu Rubens Jr.

Juízes são empossados pelo presidente do TJ-MA

As comarcas de São Vicente Ferrer e Carutapera (ambas de entrância inicial), Caxias (entrância intermediária) e a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís têm novos juízes. Removidos por merecimento, os magistrados Karlos Alberto Ribeiro Mota, Alexandre Antonio José de Mesquita, João Pereira Neto e Cícero Dias de Sousa Filho foram empossados nas respectivas unidades judiciais pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

“Sucesso a todos no desempenho de suas atividades jurisdicionais nas novas comarcas”, disse Guerreiro Júnior, ao dar posse aos magistrados.

Karlos Alberto Ribeiro Mota ingressou na magistratura, em 2011, como juiz substituto em Buriticupu e Arame. Passou pelas comarcas de Governador Eugênio Barros, Itapecuru-Mirim, Tuntun e Presidente Dutra, sendo titularizado, em junho de 2012, na comarca de Arame, onde permaneceu até ser removido. Naquela jurisdição tramitam cerca de dois mil processos.

“Constateram em São Vicente Ferrer que os magistrados que por lá passaram deixaram a comarca saneada. Pretendo continuar a mes-



Guerreiro Júnior desejou sucesso aos juízes empossados

ma proposta de um bom trabalho”, disse Mota.

Alexandre de Mesquita iniciou a carreira de juiz em julho de 2010 como substituto na comarca de Imperatriz, atuando depois em Pinheiro, Paço do Lumiar, Raposa, Bacuri, Zé Doca e Itinga (cerca de mil processos tramitando), onde foi titularizado, em julho de 2012. O magistrado deixa a comarca com operosidade positiva. “Em Caru-

tapera, quero dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo juiz Paulo Vital Montenegro, que a deixou saneada”, disse.

O juiz João Pereira Neto está na magistratura desde 2001. Foi titularizado na comarca de Santa Luzia do Paruá, passando por Buriti, Grajaú e Barra do Corda (cerca de três mil processos tramitando), onde permaneceu até a sua remoção para o Juizado Cível e Criminal de Caxias.

Para o magistrado, a remoção significa mais responsabilidade, tendo em vista que Caxias é uma das comarcas mais antigas do Estado.

Removido do 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo para a 4ª Vara da Fazenda Pública (mais de 8 mil processos tramitando), Cícero Dias de Sousa Filho começou a exercer o cargo de juiz em dezembro de 1990, desenvolvendo atividades judicantes em São Luís Gonzaga. Trabalhou em São José de Ribamar, Imperatriz, Grajaú, Chapadinha e São Luís (entrância final). “A nova unidade que assumo tem maior número de processos, mas por ser especializada acaba contribuindo para um melhor desenvolvimento do trabalho”, afirmou.

Participaram da solenidade de posse o vice-presidente da Seccional da OAB, Valdênio Caminha; os juízes José Nilo Ribeiro Filho e Francisca Galiza (auxiliares da Presidência do TJ-MA) e Clésio Coelho Cunha; a procuradora de Justiça Maria Costa Teixeira; os familiares do juiz João Pereira Neto – advogado Paulo Cruz Pereira (irmão), Alcino Pereira (pai); deputado estadual Rubens Júnior (sobrinho) –, e a esposa do juiz Cícero Sousa Filho, advogada Aracy Lobo Pereira de Sousa.

Partidos de mentirinha

'A falta de partidos programáticos favorece o individualismo, a pequena a democracia e estimula o voto mercenário'

MÁRLON REIS*

Em evento realizado numa universidade em Brasília, o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, fez uso da expressão "partidos de mentirinha" para referir-se à notória debilidade dos partidos políticos brasileiros.

O Brasil realmente carece de uma experiência partidária efetiva. A agremiação política é escolhida não por razões programáticas, mas por cálculos pragmáticos que levam em conta quantos votos serão necessários para ganhar a eleição. As coligações, por decorrência, são muitas vezes engendradas à base de acordos financeiros que têm por objeto a ampliação do tempo de propaganda na televisão.

Um líder de bancada me disse certa vez, referindo-se à Câmara dos Deputados: "Somos aqui 513 partidos políticos". Os eleitos possuem de fato bases eleitorais próprias, amealham pessoalmente suas verbas de campanha e concorrem com os próprios correligionários em busca do voto.

O sistema eleitoral e o modelo de financiamento de campanhas vigentes são os maiores culpados por isso. Pequeno número de empresas

privadas domina o cenário das doações de campanha e os candidatos competem mais por seu apoio que propriamente pelo voto.

O resultado disso é que temos uma democracia baseada em partidos fracos, com pouca ênfase na identificação programática.

Nenhuma democracia se consolida sem uma clara definição entre os seus partidos, o que demanda uma distinção entre os seus conteúdos baseada em propostas para o país. Trata-se de evidenciar planos de governo, muito mais que articular planos conquista do poder.

Há tempos a sociedade brasileira despertou para essa necessidade. Em 1999 e em 2010 foram aprovadas duas leis de iniciativa popular com o igual objetivo de qualificar a nossa democracia. A primeira deu origem ao artigo 41-A da Lei das Eleições, que abriu a oportunidade para a cassação de mandatos obtidos à base da compra de votos; a segunda, conhecida como Lei da Ficha Limpa, aprimorou os critérios para a definição das candidaturas, impedindo a participação eleitoral de pessoas posicionadas em situação de risco para a lisura dos pleitos.

Agora essa mesma sociedade civil, articulada na rede denominada

Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), prepara-se para lançar nas próximas semanas uma terceira e ainda mais profunda iniciativa. O objetivo será a superação das doações empresariais e a mudança do sistema eleitoral com vista ao fortalecimento dos partidos. A ideia do movimento é a de que se deve propor aos cidadãos um novo sistema de voto, em que são evidenciados os programas partidários, sem negar ao eleitor a palavra final sobre os eleitos.

Com o propósito de banir as doações empresariais, fortalecer os partidos enquanto instâncias programáticas, dar ao eleitor o controle dos resultados das eleições e banir a transferência indevida de votos entre candidatos, vem aí o mais novo projeto de lei de iniciativa popular do MCCE.

Precisamos de partidos de verdade. A falta de partidos verdadeiramente programáticos favorece o individualismo, a pequena a democracia e estimula o voto mercenário.

Para combater de modo mais eficiente a corrupção política precisamos de um sistema que enfatize os partidos e sufoque o personalismo que está na base das relações clientelistas.

(*) Juiz



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
55 Av. Eváldes Figueiredo, S/N - Caixa, 6º andar
CEP.: 65.070-600 São Luís - MA
☎ (99)3194-5498

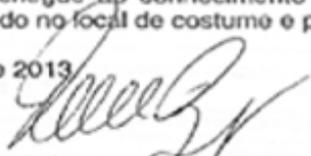
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 24528-62.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R M C DELGADO ME, MANOEL CALDAS
PIMENTEL E MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL

Citando(a): MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
02 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Calhau, 6º andar
CEP: 65.076-620 São Luís - MA
☎ (098)3194-5498

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): NAZEILDES DE JESUS ALVES, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.

Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível


Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 31418-17.2011.3.10.0001
CLASSE CNU: Execução de Título Extrajudicial
PARTE(S) REQUERENTE (S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA (S): L DE JESUS MARTINS

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

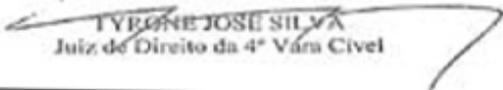
FINALIDADE.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, L. DE JESUS MARTINS, na pessoa de seu representante legal, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, o valor de **RS 13.418,55 (treze mil, quatrocentos e dezolito reais e cinquenta e cinco centavos)** ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

OBSERVAÇÃO: Fica(m) ciente(s) o(s) executado(s) de que dispõe(m) do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos à execução.

ADVERTÊNCIA: No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do parágrafo único do artigo 652 A do CPC.

ADVERTÊNCIA: Fica advertido o suplicado de que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 22 de março de 2013

TYRONE JOSÉ SILVA
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
52 Av. Euclides Figueredo, S/N - Caiobá, 6º andar
CEP.: 65.076-620 São Luís - MA
☎ (068)3194-5498

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 24528-62.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R M C DELGADO ME, MANOEL CALDAS
PIMENTEL E MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL

Citando(a): MANOEL CALDAS PIMENTEL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.

Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
ES Av. Euclides Figueiredo, S/N - Calhau, 9º andar
CEP.: 65-070-820 São Luís - MA
☎ (098)3194-5496

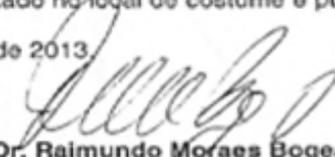
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO
GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): R B GALVAO NETO COMERCIO, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
02 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Caiue, 6º andar
CEP.: 65.070-020 São Luís - MA
☎ (098)3194-5498

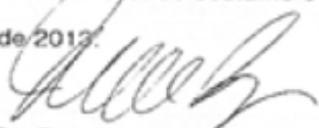
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO
GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): FIRMINO GALVAO DE SOUSA LIMA NETO, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

❖❖ A Comissão Permanente de Segurança do Tribunal de Justiça iniciou, anteontem, no 1º Grupamento de Bombeiros Militar (GBM), treinamento de servidores que vão atuar na brigada de incêndio do órgão. No encerramento, hoje, haverá aula prática no prédio sede do Tribunal.

Manoel Ribeiro explica emenda que suprime artigo de projeto do Judiciário

O deputado Manoel Ribeiro esclareceu, ontem, na Assembleia Legislativa, emenda de sua autoria que suprime artigo do projeto Tribunal de Justiça do Estado que, segundo o parlamentar, tira vantagens dos aposentados. Ribeiro foi enfático ao afirmar que não está inovando nada e sim corrigindo um equívoco: “Eles (o TJ) querem ir contra a Carta Magna do país e do Estado. Não estou mudando a pensão, não estou dando auxílio-moradia a quem quer que seja; eu estou tirando este artigo 3º que não condiz com a realidade, com a legalidade brasileira”, enfatizou.

Manoel Ribeiro destacou o artigo 22, parágrafo 2º, da Constituição Estadual e o artigo 40, parágrafo 4º, da CF, que dispõem que “os proventos da aposentadoria serão revistos da mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos a inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação de cargo ou função em qualquer que se deu a aposentadoria na forma da Lei”. Ribeiro enfatizou que o TJ, ao inserir o artigo 3º, está ferindo a Constituição do Estado e a Constituição Federal.

Tribunal de Justiça instala Turma Recursal em Bacabal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, instalaram ontem (23), a Turma Recursal Cível e Criminal da comarca de Bacabal (a 250 km de São Luís) – a primeira a ser instalada pelo Judiciário no interior do estado. A solenidade ocorrida no Fórum Freitas de Carvalho foi prestigiada por juízes da comarca e autoridades.

A Turma Recursal funcionará no Fórum (Rua Manoel Alves de Abreu, s/n). Será presidida pelo juiz da 2ª Vara de Bacabal, Carlos Roberto de Paula, e terá como membros titulares os juízes Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial de Bacabal) e Luís Carlos Licar (Juizado de Pedreiras).

O presidente Guerreiro Júnior lembrou a importância da parceria entre Tribunal e Corregedoria na elaboração e execução das ações do Judiciário, a exemplo da instalação das turmas recursais que contemplarão as comarcas com maior concentração de pessoas, e citou Bacabal - onde há grande acúmulo de processos nos juizados.

“Estamos priorizando a Justiça de 1º Grau, principalmente os juizados. Há muitos anos não se fazia tantas instalações de varas como as oito unidades entregues em maio, em São Luís. Serão mais oito até o final do ano”, adiantou.

Guerreiro Júnior apresentou o projeto de construção do novo



Guerreiro Júnior e Cleones Cunha inauguram 1ª Turma Recursal no interior do estado

Fórum de Bacabal, que terá cinco andares e comportará até 12 varas. De acordo com o diretor de Engenharia Ruy Barbosa Sobrinho, o processo de licitação está em andamento, e a previsão é que a estrutura metálica e de vidro tenha início ainda em 2013.

O corregedor Cleones Cunha, ao falar como presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, observou a participação efetiva do presidente Guerreiro Júnior na instalação das turmas recursais no interior do Maranhão. “A instalação da primeira Turma Recursal em Bacabal foi a única forma de agradecer ao presidente,

pois sem a sua participação isso não estaria acontecendo”.

Lembrou ainda que, “sem a descentralização haveria retardamento dos processos, o que é inadmissível no sistema de juizado. Com esse serviço, a Justiça chegará mais rápido à população mais pobre”.

O presidente da nova Turma Recursal parabenizou a equipe pelo esforço na concretização do novo serviço aos jurisdicionados e lembrou o empenho de todos na concretização do que considerou um marco para o Judiciário maranhense.

“A descentralização do atendimento por meio das turmas

recursais é um momento histórico e fundamental. Quem ganha é o cidadão que vai ter uma resposta mais rápida e efetiva”, concluiu.

A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o apoio do Tribunal de Justiça na aprovação da Resolução 56/2012, que criou oito turmas recursais: Bacabal, São Luís (turma única), Chapadinha, Presidente Dutra, Caxias, Pinheiro, Balsas e Imperatriz (já instalada). Na unidade da capital os juízes serão exclusivos da Recursal.

Recursal de Bacabal – A Recursal de Bacabal atenderá a população de mais de 100 mil habitantes, além dos termos da comarca (Lago Verde, Conceição do Lago-Açu e Bom Lugar), e 22 unidades jurisdicionais que incluem Santa Inês, Pio XII, Pedreiras e Vitória do Mearim.

Conforme o juiz Roberto de Paula, as audiências acontecerão às segundas-feiras, a partir das 14h30, e a definição dos agendamentos das audiências já começará na próxima semana. Os serviços serão executados com o auxílio de secretária judicial, analista, técnicos e auxiliares judiciários.

Compareceram ao evento o juiz Jocelmo de Souza Gomes (diretor do Fórum de Bacabal); o presidente da OAB-Bacabal José Agnelo Rodrigues; o defensor público Jordão Veras; a vereadora Regilda dos Santos (presidente da Câmara dos Vereadores de Bacabal), magistrados e servidores do Judiciário.

❖❖ **A CPI da Mulher cumpriu ontem mais uma etapa de sua agenda em Imperatriz. As deputadas visitaram a Delegacia da Mulher, a Vara da Mulher, a Casa de Passagem e, encerrando a amanhã de visitas, o Instituto Médico Legal.**

❖❖ A presidente da CPI, deputada Francisca Primo (PT), disse que as visitas de hoje apenas confirmam as denúncias levadas à comissão de que falta estrutura para física e de pessoal para que a rede possa atender a grande demanda do município e da região.

Acusado de homicídio é condenado em júri da 3ª Vara de Santa Inês

O acusado de homicídio Josemberg Pereira da Silva, o “Dega” ou “Aladim”, foi condenado a 12 anos e seis meses de reclusão em júri promovido pela 3ª Vara da Comarca de Santa Inês na última terça-feira (21). O réu, que se encontra foragido, respondeu pela acusação de homicídio contra Ronaldo Rodrigues de Jesus. Presidiu o julgamento a titular da unidade, juíza Kariny Pereira Reis.

De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2003, por volta das 14h, em frente a um colégio situado no município, quando Josemberg teria disparado um tiro de revólver contra a vítima, matando-a.

O réu teve negado o direito de responder em liberdade. No entendimento da magistrada, estavam presentes os requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, uma vez que o acusado fugiu após o crime, o que demonstra a intenção do réu de frustrar a aplicação da lei penal.